

Profetismo bíblico, cuidado da Terra e agroecologia

Leonardo Enrique Gamboa León¹

Resumo: Percebemos que, entre o profetismo bíblico, o chamado da ecoteologia ao cuidado da Terra e a perspectiva ético-produtiva da agroecologia existe um rumo, um apelo contínuo do Deus da vida que se comunica por meio da voz dos profetas – ontem e hoje – para exortar-nos, chamar-nos à conversão e assinalar-nos as brechas de esperança, onde a vida digna para todos é possível se assumimos nossa fé como compromisso ético com os semelhantes e a criação. Tal rumo é um chamado à fidelidade ao Deus libertador, que desmascara a idolatria, denuncia a injustiça para abrir-nos novos horizontes de vida.

Palavras-chave: Profetismo bíblico. Ecoteologia. Cuidado da Terra. Agroecologia.

Abstract: We realize that, between biblical prophetism, the call of ecoteology to care for the Earth and the ethical-productive perspective of agroecology, there is a direction, a continuous appeal from the God of life who communicates through the voice of the prophets - yesterday and today - to exhort us, call us to conversion and point out to us the gaps in hope, where a dignified life for all is possible if we assume our faith as an ethical commitment to others and creation. Such a course is a call to fidelity to the liberating God, who unmasks idolatry, denounces injustice to open new horizons of life for us.

Keywords: Biblical prophetism. Ecotheology. Care of the Earth. Agroecology.

1. PROFETISMO BÍBLICO

O termo profeta provem do grego *προφήτης* (*prophētēs*), composto do prefixo *pro* (ante), o verbo *phemi* (falar, eu falo) e o sufixo *tes* (agente que). Aquele que fala ante ou diante de, aquele que comunica uma mensagem. Profeta “designa alguém que tem a missão de anunciar, comunicar, tornar conhecido publicamente alguma coisa” (AMSLER *et al*, 1992, p. 15). Não obstante, os profetas na antiguidade não são simples homens ou mulheres que transmitem uma informação. Como fenômeno, o profetismo na antiguidade tem em comum

1 Leonardo Enrique Gamboa León foi bolsista do CNPq e foi orientando do Prof. Dr. Afonso Tadeu Murad em sua iniciação científica como estudante de Teologia, que realizou entre 2018 e 2019, vinculando-se ao projeto de pesquisa de seu orientador, intitulado “Ecoteologia. Singularidade, temas relevantes, perspectivas”, que pertence à Linha de Pesquisa “Tendências éticas atuais”, do PPG em Teologia da FAJE. Além de graduando Teologia pela FAJE, curso que iniciou em 2018, Leonardo é Licenciado em Educação e Especialista em Filosofia, pela Universidad Católica Andrés Bello. Alguns elementos expostos neste artigo foram apresentados no 32º Congresso Internacional da SOTER, grupo temático 11 - Religião, ecologia e cidadania planetária (cf. GAMBOA, L. Ecoteologia: denúncia profética de novas formas de idolatria. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA SOTER: DECOLONIALIDADE E PRÁTICA EMANCIPATÓRIAS, 32., 2019, Belo Horizonte. Anais eletrônicos [...] Belo Horizonte: SOTER, 2019, p. 727-733. Disponível em: <http://www.soter.org.br/anais/32.pdf>). E-mail do autor: leoglee@hotmail.com

o fato de ser a manifestação da palavra dos seres divinos dirigida às lideranças (reis e castas dominantes), denunciando, ameaçando e oferecendo condições reparadoras diante de situações abomináveis aos deuses. Não poucas culturas identificavam algumas pessoas como portadoras da palavra de Deus (AMSLER *et al*, 1992, p. 25).

No contexto bíblico, a palavra profeta traduz o hebraico *nabi'*, forma passiva de um verbo que significa chamar, nomear: o *nabi'* era o 'chamado', o destinado a ser porta-voz de Deus. Sua função essencial consistia em ser testemunha de YHWH no meio de seu povo, seu mensageiro (AMSLER *et al*, 1992, p. 15). O termo *nabi'* é usado em sua forma singular e plural, é próximo a formulações como "filhos de profetas" ou os "irmãos profetas" (2Rs 4,1ss) indicando que a ação de profetizar tinha lugar individual e coletivamente (AMSLER *et al*, 1992, p. 16). Nos textos bíblicos, encontram-se duas expressões que são usadas como sinônimo de *nabi'*: 1) "homem de Deus" (1Rs 13,1ss) ao ser um enviado que comunica a mensagem de Deus com suas palavras, obras e gestos.; 2) "vidente-visionário" (Is 30,10; 2Sm 9,9ss respectivamente), posto que a mensagem que Deus comunica ou se expressa num dado mostra, à vista, que é capaz de ser discernido na história.

Na Bíblia, os profetas são os porta-vozes da palavra de YHWH a seu povo. Sua especificidade é sua natureza teológica, é Deus quem toma a iniciativa, portanto, "é um carisma de revelação (Am 3,7; Jr 23,18; 2R 6,12), que dá a conhecer ao homem o que ele por suas próprias forças não poderia descobrir." (LEON-DUFOUR, 1972, p. 825). Diferente de outras formas de profetismo em que a vontade da divindade pode ser consultada midiaticamente com métodos mágicos, no profetismo bíblico a ênfase está em que é Deus mesmo quem dá conhecer sua vontade.

O profetismo que chegou até nós, o profetismo cristão, continuou mostrando as mesmas características exortativas e consoladoras presentes na tradição veterotestamentária, situando a atividade do profeta no mesmo contexto ético da relação com Deus e da relação com os próprios homens (ASURMENDI, 1988, p. 139-140). Não obstante o profeta neotestamentário, à luz do fato cristão, assume uma função adicional a de dizer palavras exortativas e esperançosas à comunidade, ele passa a revelar e testemunhar o desígnio salvífico de Deus em Cristo. Ainda assim, "as duas funções estão intimamente unidas, simplesmente porque a ação do fiel a que se refere à exortação, tem que estar de acordo com o projeto de Deus revelado em Cristo" (TABORDA, 2019, p. 82). A tradição profética que chega até nós, portanto, entre suas características, mantém o caráter exortativo, cultiva a esperança, testemunha o Reino anunciado por Jesus Cristo e torna atual a palavra de Deus, descobrindo para a comunidade os novos sentidos, do dado revelado, sobretudo, testemunhando a vontade de Deus que continua se manifestando na história.

O profetismo é a mensagem de Deus encarnada na história. Sua atividade consiste até hoje no desmascaramento da idolatria e na denúncia da injustiça como uma expressão do afastamento de Deus e do culto que lhe é agradável. O profeta Amós o narra explicitamente (Am 5, 21-25). YHWH manifesta seu fastio ante os sacrifícios e oferendas vãs que não

correspondem ao direito e à justiça. O que Deus deseja e manifesta por meio dos profetas é um comportamento justo, que ajam à luz do direito, que se inclinem a favor dos mais vulneráveis. Deus se aborrece com a injustiça, sua atitude misericordiosa para conosco, exige de nós um comportamento equivalente. Se Deus é justo e liberta, nenhuma forma de opressão tem de ser cultivada ou encoberta por seus seguidores. As palavras de Jesus são explícitas a esse respeito: “deveis ser perfeitos como vosso Pai celeste é perfeito” (Mt 5, 48), chamado que convoca a proceder como o mesmo Pai procede, ser misericordioso como o Pai (Lc 6,36).

Na lógica da palavra dos profetas a vida de fé em YHWH implica atuar em correspondência a Ele, não com ações dirigidas a Ele (culto sacrificial), mas reproduzindo para com os outros a atitude de Deus para conosco. Portanto, a vida de fé é compromisso ético. Um fiel que se esqueça de cultivar uma vida agradável a Deus, marcará sua vida com pecado, injustiça e morte. A vida do fiel tem de reproduzir a imagem do Deus no qual acredita, do qual é sua própria imagem (Gn 1,26), não atuar desta forma é incorrer em idolatria.

1.1 PROFETISMO BÍBLICO EM CHAVE ECOLÓGICA

A crise ecológica e seus apelos a uma conversão radical nos movem a revisitar o profetismo bíblico para encontrar nele critérios que nos ajudem no discernimento de nosso tempo. No profetismo bíblico, identificamos explicitamente as temáticas constantes do desvelamento da idolatria e da demanda de justiça social. Não obstante, a pergunta que nos fazemos é se, no profetismo bíblico, é possível encontrar algum vínculo entre as demandas dos profetas e o cuidado da terra. Somos conscientes de que no contexto bíblico não se evidencia nenhuma crise ambiental, mas não excluimos a possibilidade de que a injustiça social tivesse consequências na criação, ou o fato de que o rumo que marca Deus para a humanidade inclua não só o bem-estar do homem, mas também o da natureza. Portanto, nos propomos a fazer uma leitura ecológica dos profetas para tentar descobrir esses vínculos. Tal tarefa a empreenderemos a partir do estudo dos profetas Amós e Miqueias que, por ser de origem camponesa, intuímos sejam mais próximos ao cuidado da terra.

2 AMÓS E MIQUEIAS, PROFETAS CAMPONESES

Amós era originário de Técuá (Am 1,1), do Reino de Judá, se estima que viveu na primeira metade do século VIII a.C. Exerceu sua atividade profética no Reino de Israel (Am 7,15), entre os anos 760-750 a.C., nas cidades da Samaria, Guilgal e Betel nos santuários reais de Israel, antes da queda de sua capital Samaria, em 722 a.C. Miqueias era natural de Morastigad (Mq 1,1), Reino de Judá, se estima que viveu na segunda metade do século VII a.C. Exerceu seu ministério no Reino de Judá, na cidade de Jerusalém, entre os anos 727-701 a.C., iniciando pouco antes da queda da Samaria (Mq 1,2-7), portanto posterior a Amós. Ambos eram camponeses de Judá, lavradores, provavelmente tinham uma pequena propriedade familiar para o cultivo e a criação de gado como fonte de renda (QUÍÑONES; LÓPEZ, 1993, p.

21-22; 24; 36). Eram homens fieis a YHWH, sua pregação se caracterizou pela denúncia fêrrea do direito, por isso, são conhecidos como os “profetas da justiça de Deus” (QUIÑONES; LÓPEZ, 1993, p. 19).

Amós e Miqueias nos oferecem uma imagem de conjunto da situação na Palestina do século VIII. Na maior parte desse século, ambos os reinos vivem tempos de paz, progresso na agricultura e prosperidade comercial (ASURMENDI, 1988, p. 29). Os grandes impérios da época se encontram enfraquecidos ou em reestruturação, de modo que os pequenos reinados podem se desenvolver com liberdade, recuperam territórios e suas economias de base agrária se veem fortalecidas. Samaria e Jerusalém, capitais dos reinos são os centros econômicos por excelência, nelas se percebe a abundância de dinheiro e o luxo (QUIÑONES; LÓPEZ, 1993, p. 30). Mas não podemos esquecer que toda essa prosperidade era acompanhada de corrupção, injustiça, fraude e exploração, geradas a partir do pagamento de altas taxas de impostos ao rei, do fortalecimento das classes econômicas dominantes associadas à monarquia, que tinham nos pobres o motor de geração de renda. Portanto, o aparente bem-estar era também causa de exploração do pobre, em especial do camponês (QUIÑONES; LÓPEZ, 1993, p. 26). Os profetas exerceram seu ministério num contexto onde a sociedade se encontrava dividida em dois grandes blocos: o da monarquia, das autoridades civis e militares, dos proprietários da terra, juízes, sacerdotes e falsos profetas; e, do outro lado, o dos pobres, do povo vítima da injustiça (SICRE, 2008, p. 278). Os comerciantes aproveitam para incrementar suas propriedades, os juízes são subornados, os chefes religiosos encobrem a injustiça. A situação dos pobres foi ficando cada vez mais crítica e o Estado, que devia garantir a justiça, não faz nada por remediar a situação.

A partir de 745 a.C., Assíria se apresenta no âmbito exterior como ameaça, ao assumir uma política de expansão e domínio sobre outros povos, aos quais impõe o pagamento de altas taxas de imposto, sob ameaça de exílio ou erradicação no caso de resistência ou levantamento (QUIÑONES; LÓPEZ, 1993, p. 26). A pressão exterior a Israel e Judá exacerba a injustiça “os pobres são marginalizados e oprimidos. Os humildes são desprezados. Abusa-se dos fracos. Não há misericórdia nos empréstimos feitos aos pobres. Há desvio de verbas e corrupção em relação aos impostos” (QUIÑONES; LÓPEZ, 1993, p. 44). Na abundância, as instituições de justiça, de governo e de religião se corromperam e as decisões políticas inadequadas são a causa do sofrimento do povo da terra. Esse drama político e social acabara com o Reino do Norte em 722 a.C. e, posteriormente, com o Reino do Sul em 587 a.C.

Ante esta realidade de dominação, exploração depredadora que se dá entre os membros do povo eleito (Israel e Judá) e das nações estrangeiras (Assíria), Amós e Miqueias aparecem no panorama, discernindo e falando em nome de YHWH, representando a voz dos últimos, dos explorados. Suas ações podem focalizá-las em três eixos principais: desmascarar a idolatria como origem das calamidades; denunciar a injustiça; e apontar rumos de esperanças para o povo. É nestes três eixos que trataremos de identificar algumas ressonâncias ecológicas.

2.1 DESMASCARAMENTO DA IDOLATRIA

A idolatria pode ser compreendida como o ato infiel de dar culto a outros deuses. Historicamente, a condenação da idolatria aparece como um preceito religioso usado por Israel no combate ao influxo pagão no culto único de YHWH, a partir do século VIII a.C. Na denúncia de idolatria, é possível descobrir o trânsito de uma fé monolátrica, que dá culto a YHWH e admite a existência de outras divindades; ao monoteísmo, que afirma YHWH como único Senhor e criador. Como preceito, encontra-se fundamentado biblicamente em Ex 20,4 e Dt 5,8, em que se proíbe fazer qualquer representação cultural de YHWH. No fundo, este mandato do povo de Israel resgata o modo como Deus se lhes deu a conhecer: mediante sua palavra (Dt 4,12) e não por imagens.

A idolatria é uma das acusações mais fortes dos profetas, para eles é fonte de iniquidade e perversão. A falta que se comete na idolatria não está meramente no culto de imagens ou estátuas tidas como divinas, ou representações da divindade. Essas imagens foram reconhecidas pela tradição profética como obras das mãos humanas (Am 2,4; 5,26. Is 2,8) sem nenhuma outra realidade detrás delas. A gravidade da idolatria encontra-se na substituição do referente absoluto Deus por outra coisa-criatura, que não é capaz de transmitir vida em si. Portanto, o ídolo, ao não estar referido à vida, se vincula à morte. A morte é a atitude que se segue de cultuar o ídolo, nele não existe uma exigência ética para com os outros e com a criação.

Os profetas denunciaram a idolatria como uma perversão porque, em vez de adorar ao Criador, a criatura adora sua própria criação (WIÉNER, 1972, p. 420). No ídolo acontece uma inversão dos papéis, o homem que é imagem de Deus modela para si um ídolo que se lhe assemelha, faz um deus a sua medida, reflexo das limitações humanas (Sb 15,11.16s) (GILBERT, 2014, p. 852). A idolatria é a renúncia ao poder divino para depositar a confiança no humano, substituindo Deus por outra realidade diferente, absolutizando-a (SICRE, 2008, p. 341-342).

Amós e Miqueias fazem uma denúncia aberta contra a idolatria (Am 5,26; Mq 1,2-7) e vaticina sua destruição (Mq 5,9-13), nela se presta um culto que gera falsa segurança religiosa (Am 4,4-5; 6,1) “que este permite que seus participantes convençam-se de estar em uma relação certa com Deus e, assim, os incentiva a manter suas práticas perversas” (JENSEN, 2009, p. 121). O culto a YHWH se há pervertido, associando-o aos ídolos, ao poder, à autossatisfação. Os profetas acusam Samaria e Jerusalém de ser o lugar alto de Israel e Judá (Mq 1,5), seus templos se transformaram em local de adoração de ídolos e das divindades associadas à fertilidade da terra, onde a prostituição era o rito central (BALANCIN; STORNILO, 1990, p. 14). O povo eleito não se confia em YHWH e assume elementos de outras tradições religiosas que cultuavam o deus da fertilidade Baal, deus da natureza que concede a chuva, a fecundidade da terra e a abundância de frutos (SICRE, 2008, p. 348). Este deus da natureza e da fecundidade era cultuado com ritos sexuais, conhecidos como prostituição sagrada, mediante a qual se procurava alcançar simpatia, excitar e manipular o deus para atrair os atributos produtivos que ele concede (JENSEN, 2009, p. 136-137).

Lembremos que tanto Israel como Judá eram sociedades fundamentalmente agrárias, composta por pastores e agricultores, é lógico que eles adotaram rituais das religiões de seus vizinhos que “lhes permita manipular o divino” em prol de melhores colheitas. Nesta aparente perversão do culto, é possível identificar o trânsito do povo eleito de ser um povo nômade, de pastores, do qual YHWH é senhor, a uma sociedade sedentária de agricultores, portanto duvidam sobre a efetividade de seu Deus em assunto de cultivos da terra. Mas, os profetas vêm radicalizar a confiança e experiência de Deus ao afirmar que YHWH é criador e Senhor da natureza (Am 4,14; 5,8-9; 9,5-6). Com o qual se descarta a necessidade de acudir a outros deuses ou ritos.

A ação dos profetas não fica na denúncia de um culto a outra divindade, senão que desmascara os verdadeiros interesses que estão por trás daqueles que oferecem oferendas exuberantes que resultam repugnantes aos olhos de Deus (Am 5,21-23). Detrás do esplendor da oferenda, esses fiéis só esperam que o ser divino os recompense, que seu luxo cresça. A denúncia é a transformação do culto de louvor e ação de graça a Deus em ritos de manipulação do divino, numa aproximação interesseira, fazendo da relação com YHWH semelhante ao trato com Baal. Mas Ele é o Deus que se comprometeu com seu povo, que os libertou de Egito (Am 2,10), Deus criador Senhor da natureza (Am 4,14; 5,8-9; 9,5-6); que fica insatisfeito com a estafa (Mq 6,9-11), a injustiça e os opressores (Mq 2,1-2), que escuta os oprimidos (Mq 7,7); por isso exige o direito e justiça como culto (Am 5,24), que chama a amar a bondade (Mq 6,8); que não precisa de sacrifícios, nem deseja ser manipulado com oferendas (Am 5,25).

No fundo da idolatria, não estão em jogo só ritos cultuais, mas “a questão das exigências morais. As divindades da fertilidade não faziam nenhuma, mas YHWH as fazia” (JENSEN, 2009, p. 137). No seguimento de YHWH a fé se encontra vinculada à vida, aos comportamentos cotidianos. Deus mesmo se encontra vinculado à vida humana e à criação. O culto não é só um compromisso com Deus, é compromisso com os outros, os semelhantes e tudo aquilo do que Deus mesmo cuida, que tem sua expressão na justiça e no direito nas relações, se inquieta ante o sofrimento e gesta compromisso com os pequenos, com os últimos.

A idolatraria encobre interesses particulares que levam à morte, porque não se importa com a justiça nem com o direito, os outros são meios para alcançar seus fins particulares, por isso insensibiliza ante a dor e o sofrimento. Os fiéis ficam delatados de sua insensibilidade ao oferecer cultos exuberantes, mas se esqueciam da justiça e do direito. Indiferentes aos irmãos, não era a YHWH que oferecia culto, mas a si mesmos (Am 4,4-5). Deus desejava o direito e a justiça (Am 5,21-24).

Aqueles que tratam a Deus como Baal, que tentam manipulá-lo esperando recompensa, têm por trás o ídolo da cobiça, da riqueza, que na tradição bíblica é conhecido como *Mammon* e de diversas formas ele exerce seu poder.

Manda nos povos, decide nos reinos, ordena guerras, compra mercenários, vende o sangue, causa morte, destrói cidades, submete povos, assedia fortalezas, humilha os cidadãos, preside os tribunais, suprime o direito, confunde o justo e o injusto, e, firme até a morte, põe

em crise a fé, vela a verdade, dissipa a honradez, rompe os vínculos do afeto, destrói a inocência, enterra a piedade, desgarrá o carinho, acaba com a amizade. Que mais? Este é *Mammon*, senhor de iniquidade, que domina iniquamente tanto o corpo como o espírito dos homens (Pedro Crisólogo. In: SICRE, 2008, p. 348-349).

Amós e Miqueias desmascaram o ídolo da cobiça, é ela que os conduz à destruição, a ela se remetem os comportamentos injustos dos governantes, a fraude dos comerciantes, a distorção do direito dos juízes, o culto pervertido dos sacerdotes e o encobrimento dos falsos profetas a indiferença dos fiéis.

Uma leitura ecológica do desmascaramento da idolatria nos permite descobrir que nos profetas Amós e Miqueias o culto idolátrico se encontra a serviço de interesses particulares, ao desejo da cobiça de uns poucos que desejam multiplicar seus lucros a todo custo e por todos os meios (religiosos, políticos, judiciais, econômicos, militares, etc.), não se detém ante a injustiça, e fazem do domínio e da exploração do outro sua forma de relação, seus frutos são de morte. Em contrapartida, Deus se apresenta como Senhor da vida, criador, libertador, que cuida de seu povo, e opta pelos sofredores, e exige uma atitude ética em nós (Am 5,24; Mq 6,8), que espelhe seu agir misericordioso, atento e cuidadoso. Se bem, tal atitude ética se encontra nos profetas explicitamente referida às relações com nossos semelhantes. Se assumimos que YHWH é Deus da vida, criador, Senhor da natureza, espelhá-lo com uma atitude ética com a criação não resulta uma dedução forçada, ao fim das contas, o bem-estar da humanidade não vai além do bem-estar da terra na qual vive. Mas o que exprimem Amós e Miqueias em suas exortações é que a infidelidade e o esquecimento do Deus da vida vêm acompanhada da injustiça. Onde há injustiça provavelmente encontraremos no fundo idolatrias.

2.2 DENÚNCIA DA INJUSTIÇA

Justiça e injustiça têm a ver no contexto bíblico com ação e comportamento, a favor ou contra a vontade divina, dos fracos e pobres (BALANCIN; STORNILO, 1990, p. 24). Na bíblia, geralmente se traduz por justiça o termo *mishpat*, que pode significar o cumprimento de prescrições da Lei, de costumes ou a ordem adequada que deve ser respeitada. Geralmente vem acompanhada do termo *qedâqâh*, equidade, direito, retidão (PORTER, 2014, p. 968), e tem a ver com viver e agir de uma maneira apropriada em uma relação (SAKENFELD, Katherine. Em JENSEN, 2009, p. 102). Ademais, o comportamento justo é aquele que se corresponde com a vontade de Deus expressa na Lei, e se assume porque ele ecoa o agir misericordioso de Deus no cuidado dos pequenos, no modo delicado de dirigir o universo (DECAMPS, 1972, p. 500). Portanto, a justiça é tida como uma exigência na relação com Deus para todos, uma atitude mais frequentemente demandada aos mais fortes da sociedade, àqueles que detêm o poder político, militar, judicial, econômico ou religioso, Estes devem zelar pelo direito, receber ao mais fraco com vontade, e agir em seu cuidado reestabelecendo as relações (PEDERSEN. Em JENSEN, 2009, p. 102). Consequentemente, a vida justa evidencia um trato adequado entre

os homens. O contrário à justiça seria toda relação que desconsidera o outro, que mantém a desigualdade, agride, violenta e priva de liberdade.

Amós e Miqueias são conhecidos como profetas da justiça de Deus. Denunciam o esquecimento da Aliança (Am 2,4.10); a corrupção dos chefes (Am 6,12; Mq 3, 1-3.9-11); o engano e a fraude (Am 2,6-8; Mq 6,9-11); uma situação de injustiça generalizada (Am 7,7-9; 8,4-6; Mq 7,1-6) e de indiferença (Am 6,6). Sua autoridade para denunciar lhes vem do discernimento do agir divino na história (Am 2,10) e de sua implicação com a vida dos sofredores de seu tempo, em particular com os camponeses grupo ao qual pertenciam. Eles falam desde os oprimidos do povo, representam a voz dos que suportam o peso do sistema, os abusos e as consequências das políticas dos dirigentes. Falam desde os explorados sobre os que recai o pagamento dos impostos; que perdem suas colheitas por pragas; eles são os que perdem suas propriedades por dívidas; a eles despojam os latifundiários; quem se vende como escravos; são os recrutados para ir à guerra; os que perdem suas terras e colheitas com as invasões militares estrangeiras; suas mulheres e filhos ficam sozinhos; deles são as viúvas e órfãos; os que terminam como povo despossuído das periferias do campo e nas cidades; com cujo sangue se construíram as cidades injustas (Mq 3,10). É por isso que sua fala é dura e direta, porque falam desde os que sofrem a violência dos poderosos, aqueles que lhes têm arrancado a pele e carne e têm quebrado seus osso (Mq 3,2-3).

Os profetas conheciam bem a realidade dos pequenos proprietários, que dependiam das colheitas para subsistir, aos que uma safra ruim lhes obrigaria a tomar empréstimos para enfrentar a fome e plantar novamente, mas que no caso de um fracasso consecutivo os levaria a perder suas propriedades ou vender-se a si mesmos ou os membros de sua família como forma de saldar as dívidas (JENSEN, 2009, p. 107). A injustiça dos poderosos se encontra em que se apoderam das terras e das pessoas de forma “legal” pelo mecanismo dos empréstimos. Ante essa realidade, Amós e Miqueias defendem a parcialidade de Deus pelo pobre, o fraco, o necessitado contra os poderosos, como fez com Israel ao livrá-lo dos egípcios. Deus pede que os poderosos de Israel sigam seu exemplo e que não oprimam seus irmãos, seu próprio povo (JENSEN, 2009, p. 110). De fundo se encontra a exigência de não fazer da terra prometida e do povo eleito outra terra e povo de escravidão (Am 2,9-11). Deus não se mostra conforme com que a humanidade e a terra sejam escravizadas pelos interesses de uns poucos.

Como se o mecanismo das dívidas não fosse pouco, os poderosos esmagavam mais ainda o povo subornando os juízes e outras autoridades com o propósito de que suas reivindicações não fossem atendidas, obter julgamentos viciados e destituir dos fracos de qualquer outro de seus direitos (JENSEN, 2009, p. 96). Não há quem faça justiça ao oprimido (Am 5, 7.10-12; Mq 3,11). No fundo toda esta injustiça tem como meta a erradicação do camponês pobre, para apoderar-se de suas terras e criar latifúndios (SICRE, 2008, p. 363). Ante a impunidade, os poderosos se aproveitam, os que dominam o comércio por meio de transações fraudulentas e medidas falsificadas (Am 8,4-6; Mq 6,9-11) eles procuram tirar tudo dos pobres para se enriquecer.

Diante da generalização da injustiça, os pobres não têm a quem recorrer, sua última apelação é à religião, mas esta também se corrompeu, se converteu na religião dos dominadores. Os sacerdotes e profetas têm feito dos lugares de encontro com Deus - os templos - e das celebrações que louvavam o Deus da vida, encontros e ritos idolátricos, que encobrem a injustiça, que defendem os interesses dos poderosos (Am 7, 12-13). A religião aliada ao poder econômico e político legitima o sistema opressor. A cobiça se apodera de todos, é o absoluto que desloca a YHWH, e sua exigência ética. Sacerdotes e falsos profetas são indiferentes à injustiça, a aceitam, e com isso justificam uma situação contrária à vontade de Deus, colocando a religião ao serviço da cobiça dos opressores, ao ídolo do dinheiro (SICRE, 2008, p. 368).

A partir de uma leitura ecológica da denúncia da injustiça feita pelos profetas camponeses, é possível resgatar que se toda ação justa tem como fundamento a imitação do agir divino em seu modo de tratar à humanidade, de dirigir e cuidar o universo, é possível estender o trato justo aos vínculos que estabelecemos com a natureza, pois Deus cuida de toda a criação, das pessoas e das relações entre elas, mas também de todas as criaturas. É possível legitimar a justiça socioambiental de nossos dias a partir da imitação do agir divino. Estamos chamados a ser justos entre nós e com o meio ambiente porque Deus é justo com toda sua criação.

A experiência de Amós e Miqueias agudizam nossos sentidos para suspeitar que por trás de todo estado de abundância, luxo e indiferenciada, é provável encontrar relações de injustiças, dominação e exploração, alguém paga com seu sangue o bem-estar dos outros. Exploração que geralmente se articula pervertidamente, de modo que onde se visibiliza exploração é possível detectar um conjunto de injustiças: impunidade, fraude, corrupção, manipulação, cumplicidade institucional - inclusive a religiosa.

A exploração do pobre se encontra intimamente ligada à exploração da terra, não em vão Amós e Miqueias denuncia ferreamente a cobiça dos latifundiários. A posse da terra ontem e hoje segue sendo a base de geração de renda, seja pela produção de bens e serviços a partir dela ou pela extração de bens preciosos dela. Os pobres são os que se encontram em relação mais próxima da terra, eles são os que a cultivam, eles são os que se vêm obrigados a explorá-la quando eles mesmos são explorados pela cobiça de uns poucos. Por isso a denúncia profética não só aponta a injustiça social: a exploração do pobre, sua escravidão e a redução de sua dignidade. Mas, resgata a tradição da promessa da terra, onde YHWH não só elege um povo, senão que lhes oferece uma terra onde mana leite e mel, uma terra onde a escravidão não tem nem lugar social nem territorial.

Uma última consideração é sobre o grau de exigência de justiça nas relações. Se bem a todos se pede espelhar o modo como Deus mesmo se relaciona em todo momento e circunstância, corresponde aos que detêm mais poder para manter com maior cuidado o trato nas relações, porque elas trazem mais repercussões. No apelo dos profetas camponeses, se aponta aos chefes do povo assumir com compromisso o trato justo e adequado nas relações, aos governantes se pede equidade, ao juiz retidão, aos comerciantes honradez, aos sacerdotes

e profetas cultivar a fidelidade a Deus, e a todos conservar a vida e a dignidade de todos e da criação.

2.3 RUMOS DE ESPERANÇA

Nos discursos de Amós e Miqueias, por mais duros e intransigentes que sejam ante a idolatria e a injustiça, suas exortações se encontram cheias de esperança. Eles são conscientes de que o querer de Deus é a conversão de seu povo ao bem, à justiça e ao direito (Am 5,14-15, Mq 6,8). A crise geral do povo eleito não é ocasião nem para que YHWH desista de seu povo, nem para que o povo desista de voltar a Deus, dado o caso é momento oportuno para refazer a relação. A esperança do povo eleito consiste em acreditar incondicionalmente em que a relação com Deus pode ser restabelecida, confiando-se em que Ele volverá a agir a favor deles, na história, como o fez em outrora (ASURMENDI, 1988, p. 94).

Ambos profetas chamam a um câmbio radical de atitudes e sentimentos, que todos se voltem ao bem e repelam o mal, que a cobiça não seja o absoluto que determine as relações, que na terra da promessa todos posam ter condiciones para viver dignamente. Pedem derrogar as instituições e relações construídas ao ponto que não fique nada delas, sem admitir remendos nem negociações (SICRE, 2008, p. 376-377). Trata-se de uma nova ordem, ou de recuperar a ordem perdida pelo mau comportamento do povo eleito ao quebrar a Aliança (COLLADO, 1972, p. 98). Essa ordem pode ser nomeada como ordem escatológica, não porque seja algo que os profetas anunciem para o fim dos tempos, mas como a finalidade a qual todo o cosmos deve atingir, porque nela fica evidente o cumprimento da vontade divina. Como finalidade, é um assunto que nos compete e compromete a todos desde agora e a futuro. A escatologia nos profetas está referida à historização da vontade de Deus.

Os profetas camponeses deixam em manifesto essa nova ordem mediante diversas alegorias ou imagens narrativas que ilustram o horizonte de esperança para o povo e a realidade tal como Deus deseja. Nestas imagens escatológicas se prefigura o mundo segundo a vontade de Deus. Mundo marcado pela restauração do povo eleito (Mq 2,12), integrado em uma sociedade justa, onde a terra prometida lhes é de volta em propriedade (Am 9, 11-15), marcada pela exuberância agrícola e pela paz (Am 9,13-14; Mq 4,3-4), onde a guerra não terá lugar, portanto se dará uma passagem da guerra à agricultura, transformando o material bélico em instrumentos para o cultivo (Mq 4,3). Onde se viva conforme o projeto de YHWH.

Nas imagens da nova ordem encontramos o fim da idolatria, a transformação benéfica da terra de Israel com abundância de água e de frutos, paz e alegria (COLLADO, 1972, p. 98). Uma sociedade justa, não idolátrica, que se reflete em relações justas com a natureza, exuberantemente produtivas, onde o céu e a terra contribuem para o bem-estar do povo, o céu com chuvas (Mq 5,6) que asseguram a fertilidade da terra, a terra com seus produtos abundantes (Am 9,13). O povo comerá dos frutos da terra e ninguém se os arrebatará. Sem intervenção estrangeira (Mq 5,4), paz a todos os povos (Mq 4,3), tudo isto lembra a abundância do paraíso

perdido e a bênção que representa o triunfo da vontade de YHWH no cosmos (COLLADO, 1972, p. 251).

As imagens da nova ordem escatológicas marcam o rumo de esperança na visão dos profetas. Nelas encontramos uma ressonância ecológica muito rica, onde a justiça social se encontra diretamente associado ao bem-estar da terra. A não violência alcança a criação toda, “montanhas destilando mosto” (Am 9,13) traz à memória “a terra que mana leite e mel” (Ex 3,8; 33,3), sinal de bênção, do retorno ao termos da Aliança. Mas, estas imagens nos tencio-nam o desejo do fiel, que não é um ser meramente passivo ante a iniciativa divina, ele mesmo é convocado a construir, historizar, este horizonte de esperança.

3 CUIDADO DA TERRA EM CHAVE PROFÉTICA

Quando falamos do cuidado da Terra, o fazemos desde a perspectiva da ecoteologia cristã, onde o termo tem cobrado sentido como apelação a nos fazer cargo do cuidado do planeta, e dos seres que nele habitam, em especial daqueles que se encontram em estado de extrema vulnerabilidade por causa da ação humana desproporcionada sobre o meio ambiente. A ecoteologia em sua “trilogia *Oikos-Theos-Logos* remete a um saber sobre as relações de Deus com a Casa” (CÁCERES, 2011, p. 51). Portanto, inspirado no agir de Deus, busca compreender o modo como o ser humano tem de relacionar entre si e com as criaturas, e mobilizar um comportamento ético correspondente como implicação intrínseca da vida na fé. Com esse olhar no horizonte, a ecoteologia vai abrindo caminhos desde a fé, dialogando com outras disciplinas, discernindo o que nos corresponde fazer como humanidade em apoio ao Deus da vida, no cuidado de sua criação.

No apelo da ecoteologia ao cuidado da Terra, especialmente na encíclica *Laudato Si'* [LS], identificamos o Espírito do Deus da vida, revelando-se mais uma vez com ímpeto profético para desmascarar a idolatria, denunciar a injustiça (em sua face socioambiental), advertir o rumo catastrófico ao qual estamos chegando, e nos chamar à conversão, a refazer nossa relação com Ele, os próximos e a criação, apontando rumos de esperança para todos na Casa Comum. Assumimos tais interpelações como uma nova forma de profetismo, que bebendo da mesma tradição bíblica procura acercar-nos a viver nos termos da Aliança, no horizonte do Reino. Desde esta perspectiva, faremos uma leitura da encíclica *Laudato Si'* em chave do profetismo bíblico, apontando o modo como o discurso ecoteológico apresenta as temáticas proféticas do desvelamento da idolatria, a demanda de justiça e caminhos de esperança. Tudo isto sem perder de vista nosso desejo, que é o objetivo de nossa empresa, o vincular este apelo profético do Espírito com as novas formas ético-produtivas presente nos postulados da agroecologia.

3.1 DESMASCARAR A IDOLATRIA

A idolatria acompanha a realidade humana, ela não é uma atitude superada de uma vez por todas, ela renasce sob diversas formas, “desde que se cesse de servir ao Senhor vira-se escravo de toda espécie de senhores” (WIÉNER, 1972, p. 421). Qualquer realidade pode ser divinizada pelo homem (SICRE, 2008, p. 339). Dinheiro, vinho, cobiça - como vontade de domínio do próximo (Cl 3,5; Ef 5,5) -, poder político, prazer, inveja, ódio, pecado, até a observância material da Lei, “tudo isso leva à morte” (Fp 3,19), ao passo que o fruto do Espírito é vida (Rm 6,21s). Atrás desses vícios, que são idolatria, oculta-se um desconhecimento profundo do Deus único que, só ele, merece nossa confiança” (WIÉNER, 1972, p. 421).

Se a idolatria não é uma atitude superada pela humanidade, quais são as novas formas de idolatria hoje? Como descobri-la? Nós intuímos que a ecologia - em especial o discurso ecoteológico - se posiciona hoje como um discurso profético-sapiencial que deixa em evidência os ídolos de nossos dias. Porém, como vincular o discurso profético com a demanda ecológica de cuidado do meio ambiente? Temos que lembrar que os profetas, ao chamar a conversão, exprimiam que o seguimento de YHWH exigia um comportamento de acordo com Ele, um trato ético para com os semelhantes. Pelo contrário, onde há idolatria se segue a injustiça, o domínio, a escravidão, não só dos homens, é legítimo incluir a natureza como lugar onde a injustiça idolátrica se manifesta. Uma releitura de Oseias 4,1-3 nos pode ajudar a compreender que a idolatria não só é fonte de injustiça para os homens, mas também para a natureza.

¹YHWH abrirá um processo contra os habitantes da terra porque não há fidelidade nem amor, nem conhecimento de Deus na terra.² Mas perjúrio e mentira, assassinio e roubo, adultério e violência, e o sangue derramado soma-se ao sangue derramado.³ Por isso a terra se lamentará, desfalecerão todos os seus habitantes e desaparecerão os animais dos campos, as aves dos céus e até os peixes do mar.

Nesse texto judicial de aliança (*rîb*), o profeta exprime três aspectos: 1) *O que falta aos habitantes da terra*: fidelidade, amor e conhecimento de Deus; nisso se encontra a origem da idolatria, não responder a Deus como é devido, desconhecê-lo e colocar outro absoluto em seu lugar, ao qual corresponde com um comportamento imoral. 2) *Assinala os crimes*; os comportamentos imorais dão fruto de morte. 3) *Os efeitos de seus crimes*; a atitude idolátrica que desconhece Deus e inspira a imoralidade traz repercussões para todos os habitantes da terra, do ar, da água. A criação inteira ressentida as consequências da idolatria, da injustiça que incuba e cultiva (JENSEN, 2009, p. 132-133).

A injustiça que brota da idolatria se faz sentir nos homens e na criação, pode ser atualizada como injustiça socioambiental, onde o domínio do homem pelo homem é exercido mediante a exploração da natureza e seu domínio. Partindo da tradição profética, não é errado pensar que hoje as crises que combate a ecologia tenham de fundo alguns ídolos que o discurso ecoteológico desmascara.

A ecoteologia em perspectiva cristã é o discurso de fé que resgata a relação que Deus mantém com a criação e, a partir da revelação, inspira e orienta o trato adequado que nós devemos cultivar e sustentar com nossos semelhantes e as outras criaturas com as quais compartilhamos a existência. Por ser discurso de fé suscitado pelo Espírito, nele é possível identificar a presença de Deus da história e a atualização de sua palavra para nós hoje, diante de nossas circunstâncias: uma crescente injustiça socioambiental que torna insustentável a vida no planeta.

Como voz profética, é possível encontrar entre suas palavras a antiga denúncia - e sempre atual - da idolatria. De fato, detrás de toda injustiça, os profetas sempre identificaram um profundo desconhecimento do Deus da vida, o culto a um ídolo adorado com comportamentos antiéticos que levam à morte. Se a injustiça socioambiental se apresenta como “a injustiça de nosso tempo”, é relevante nos perguntar quais são os ídolos que estão detrás delas encubando morte? A carta encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco resulta iluminadora a esse respeito. Mesmo que o texto não se encontre escrito numa linguagem explícita de denúncia idolátrica, em suas palavras fica evidente o que detrás da crise se encontra: outro absoluto ocupando o lugar de Deus.

Ao tentar descobrir os ídolos por detrás da crise ecológica é preciso lembrar a capacidade humana de revestir qualquer realidade com o brilho do divino (KÖNIG in SICRE, 2008, p. 339). A razão humana, uma imagem perfeita de humanidade, ideias, sistemas políticos e econômicos não escapam da possibilidade de ser transformados em ídolos, e de ser estabelecida uma relação hierarquizada-panteísta entre eles. Tendo presente isso, identificamos que LS, ao falar da raiz da crise ecológica (LS 101-136), assinala três relações distorcidas, ou idolátricas, fundamentais que impulsionam a crise:

Antropocentrismo. A modernidade colaborou na compreensão e construção do homem como um ser cindido de seu referente, como sujeito diante de objetos. Esse sujeito começa a relacionar-se com o além dele (o objeto) como se fosse uma realidade informe, disponível e susceptível a ser manipulada, transformada e dominada (LS 106). O homem moderno se compreende como sujeito livre, capaz e com possibilidade de manipular a natureza-objeto mediante a técnica. O homem com sua razão e técnica se colocou no centro e acima da realidade (da natureza e dos outros seres) e começou a intervir nela sem importa-se por ela (LS 115). O homem se declarou autônomo, se constituiu como dominador absoluto, “em vez de realizar o seu papel de colaborador de Deus na obra da criação, o homem substitui-se a Deus, e deste modo acaba por provocar a revolta da natureza” (LS 117). Feito senhor do universo, cultua-se a si mesmo com uma atitude de domínio sobre os outros seres, para a sua própria satisfação, de seus interesses contingentes, tornando tudo relativo (LS 122), como se ele só tivesse valor absoluto e direito (esta atitude pode se catalogar de antropomonismo).

Tecnociência-tecnocracia. O homem moderno, sujeito manipulador, tem na tecnociência a obra de suas mãos, criatividade, razão, engenho e poder. Por uma parte, um bem inegável para a humanidade que tem colaborado na satisfação efetiva de numerosas necessidades

(LS 102). Mas a encíclica adverte que diante da tecnociência não se deve ser ingênuo, nela se encontra um poder que obedece mais a economia do que a princípios éticos. Este outro lado da tecnociência é o poder eficiente para manipular, transformar e dominar, carente de responsabilidade e valores conscientes (LS 105).

Como paradigma, a tecnociência foi assumida-imposta de forma homogênea e unidimensional (LS 106), e se converteu em forma de controlar a natureza e a existência humana (LS 108). “A vida passa a ser uma rendição às circunstâncias condicionadas pela técnica, entendida como o recurso principal para interpretar a existência” (LS 110). A tecnociência passa a exercer um poder sobre o homem. Como tecnocracia, o homem que fez a tecnociência termina sendo escravo dela. A exaltação da tecnocracia, que não reconhece valor próprio a outros seres, passa a negar qualquer valor peculiar ao ser humano (LS 118), ficando a técnica referida a si mesma e ao poder que a financia. A onipresença do paradigma tecnocientífico, e sua versão tecnocrática, se constituem em outro absoluto no lugar de Deus, pela técnica se vive, dela se recebe reconhecimento, status e visibilidade. Nesse ídolo, cultua-se a forma que faz eficaz a dominação e o poder humano sem limites, deposita-se a confiança nas armas de exploração, de exercício de poder. Não pagar o tributo a esse ídolo condena as pessoas à exclusão e marginalização de sua existência.

Capitalismo. Economia, mercado e grupos de poder. É preciso reconhecer que na encíclica não se encontra nenhuma menção explícita sobre o sistema capitalista seja em sua versão liberal ou de cunho sócio-comunista. Não obstante, a partir de nosso contexto econômico-social parece deixar exposto que não se fala de outro sistema. No texto se encontram algumas perguntas e afirmações substanciais: “Nas mãos de quem está e pode chegar a estar tanto poder [de domínio tecnocientífico]? [e complementa] “É tremendamente arriscado que resida numa pequena parte da humanidade” (LS 104). Em outras palavras, em favor de quem domina o homem moderno? Em favor de quem a tecnociência manipula e a tecnocracia exerce seu poder? Podemos responder que não é primeiramente em favor de todo homem e toda mulher, pois estes são dominados, instrumentalizados e em definitivo relegados por elas.

Outra afirmação sugere que “os produtos da técnica não são neutros, porque criam uma trama que acaba por condicionar os estilos de vida e orientam as possibilidades sociais na linha dos interesses de determinados grupos de poder” (LS 107). Mais a frente, continua a afirmar que “a economia assume todo o desenvolvimento tecnológico em função do lucro, sem prestar atenção a eventuais consequências negativas para o ser humano” (LS 109). Existe uma falsa esperança no sistema econômico que encobre interesses particulares e não resolve os problemas nem sociais, nem ambientais.

A encíclica é clara ao dizer que o poder da técnica se encontra a serviço do poder econômico, que o exerce sobre o conjunto do gênero humano e do mundo inteiro (LS 104). É em favor do lucro, do consumo, do capital que opera o homem dominador a tecnociência e a tecnocracia. Mas o capital não subsiste por si mesmo, mas como fruto dos interesses de grupos de poder e sua cobiça. Estamos diante da divinização da riqueza “quando os bens terrenos

constituem a orientação fundamental da vida, o único ponto de apoio, a única meta” (SICRE, 2008, p. 347-348). O capital como nova forma de nomear a riqueza é um ídolo que compete com Deus no coração do homem. O ídolo criado por grupos de poder induz o domínio até a morte, a ponto de satisfazer seu apetite desmedido de lucro, de posse.

3.2 DENÚNCIA DA INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Os ídolos por trás da crise ecológica inspiram relações injustas que se fazem sentir nos homens e na criação. Tal forma de injustiça se conhece como injustiça socioambiental. A encíclica, ao falar da injustiça, o faz vinculando a ela a vida dos últimos da sociedade, os pobres, com a sorte da natureza. Posto que a crise ecológica global não é só uma crise ambiental, nela se encobre uma relação inapropriada também da sociedade. Portanto, indica que a abordagem ecológica da crise tem que se dar nos termos da justiça, e nos tem que levar a ouvir “o clamor da terra como o clamor dos pobres” (LS 49). Nesses clamores por justiça é possível identificar que a exploração e o domínio da Terra pelo homem, e do homem sobre o homem por meio da Terra são duas faces da mesma moeda, por isso se fala de justiça socioambiental. Terra e homem gemem desde as margens do mundo, clamam justiça, pedem que cesse a violência. Os sofredores do mundo demandam de nós um câmbio de rumo, onde seja possível a vida digna para todos, sem prejudicar as gerações futuras nem as condições e que permitam a subsistência da vida no planeta (LS 53).

A apelação ética que surge dos ecossistemas naturais e sociais vulneráveis nos chama a compreender a dinâmica da vida como uma equação onde o bem-estar do homem se deve ao bem-estar das espécies e do meio ambiente. Tal apelo se corresponde com a tradição bíblica que assinala que quando as corretas relações entre o homem com seus semelhantes são negligenciadas, as relações com Deus e com a terra também se veem afetadas, ao ponto que coloca toda a vida em perigo (LS 70).

A fonte da injustiça, a encíclica a identifica no paradigma tecno-econômico (LS 53), regulado pelas ideias de progresso e crescimento ilimitados, que só geram a satisfação de uns limitados grupos de poder, que em contraparte geram miséria para grande parte da humanidade, que é explorada de diversas formas. Detrás deste paradigma existem serias considerações intelectivas que sustentam o direito de domínio do ser humano sobre os outros seres vivos e elementos físicos, reduzindo-os a objetos disponíveis para só satisfazer o lucro e os interesses humanos (LS 82). Esses pensamentos se legitimam no predomínio do mais fortes, na violência e no poder, que não se restringem à modelagem do trato com a natureza, mas se transpõem da mesma forma nas relações sociais, resultando que as atitudes que fere à criação, ferem também a dignidade humana (LS 92). Tais atitudes centradas na dominação resultam contrária aos valores evangélicos que propõe a fraternidade e o serviço recíproco e desinteressado como forma ativa de vida e relação.

As atitudes que regulam a injustiça também adquirem corpo e representação dentro dos diversos níveis e contextos sociais e institucionais, que vão do intradomiciliar, traspassa ao local e chegam a repercutir a nível global (LS 142). A atitude de domínio está presente nas pessoas, nas relações familiares, nas instituições civis e estatais, nas corporações econômicas e nas mesmas culturas. Portanto, é preciso uma intervenção integral para regular e orientar as relações sociais e meio ambientais, que possibilite a vida digna para todos os que habitamos a terra.

A encíclica exprime enfaticamente o nexos entre a injustiça padecida pela natureza e pelas sociedades humanas menos favorecidas, como parte de uma mesma relação pervertida pelos ídolos da cobiça, a tecnociência e seu verso tecnocrático e o antropocentrismo exacerbado. E, por outra parte, chama a um redimensionamento relacional, a partir do compromisso ético que cure a incisão entre a humanidade e a natureza e entre os homens causadas pela atitude de domínio e exploração ao serviço da cobiça.

3.3 RUMOS DE ESPERANÇA

A ação profética do discurso ecoteológico não estaria completa se só exaltássemos o desmascaramento dos ídolos e a denúncia da injustiça. Por isso, é preciso enfatizar o chamado à conversão e o caminho de esperança que prega para nós. A ecoteologia, a partir das advertências que emergem das ciências ecológicas (sobre a mudança climática, a extinção de espécies, o índice de poluição etc.), não se conforma com o rumo catastrófico que estas apresentam, mas inspira uma senda de esperança, retoma o sentido originário do homem para reconstruir suas relações e o mundo conforme o querer de Deus. Portanto, não alenta soluções parciais, ou reformar as relações pervertidas, mas vai às raízes humanas do problema e desde ali pede nossa conversão.

Ante as três relações idolátricas assinaladas, a ecoteologia propõe o redimensionamento das mesmas para religar o homem e as outras criaturas ao único absoluto: Deus Senhor da vida e da história. Ante o antropocentrismo exacerbado ou antropomonismo, a encíclica propõe ao ser humano redescobrir o valor intrínseco de todas as criaturas como dom de Deus e assumir seu lugar no mundo como administrador responsável (LS 116), colaborador na obra criadora (LS 117) e cuidador amoroso dela. O que implicaria que a humanidade redirecione todo seu poder e potencialidade a serviço e cuidado dos outros, dos semelhantes das outras criaturas.

Esta virada recoloca a tecnociência como meio – e não fim –, do bem estar, da satisfação das necessidades. Para isso, a técnica tem de estar acompanhada de uma ética sólida, uma cultura e uma espiritualidade, que lhe ponham limites e a mantenham dentro dum lúcido domínio de si (LS 106). Na técnica se expressa a vocação humana de ajudar comprometidamente a resolver os problemas concretos dos outros, possibilitar uma vida digna para todos, aliviando toda classe de sofrimento (LS 112). Na técnica reside um potencial criativo que

deve ser colocado ao serviço da reversão dos danos ecológicos causados em toda a criação, portanto é uma aliada prática do restabelecimento da justiça socioambiental.

A economia, o mercado, e o capital têm de voltar a ser meios que possibilitem a vida dos homens, a serviço da vida, tendo como parâmetro a distribuição adequada e suficiente dos bens deste mundo, para satisfazer as necessidades da comunidade de vida, seguindo a lógica dos administradores responsáveis. Nenhum interesse particular deve sobrepor-se à dignidade humana e à vida.

Como nos chamados dos profetas bíblicos, na ecoteologia a volta ao Deus da vida é a volta ao direito e à justiça, ao trato ético que Deus mesmo inspira. Portanto, o retorno a Deus como absoluto de nossas vidas desencadeia um processo de conversão, que tem de ser integral, a todos os níveis e de consequências intergeracionais (LS 159), que expresse justiça e retome o projeto de Deus para toda a criação. Tal processo de conversão, mesmo que seja inspirado em Deus e suscitado pelo Espírito, tem que movimentar nossas forças criativas e intelectuais para sua historização. Mediante ele temos que nos fazer capasses de: criar e promover a cultura necessária para enfrentar a crise ecológica; gestar o câmbio político; construir um código ético normativo que regule o trato adequado na sociedade e com a natureza, que resguarde as condições ecossistêmicas suficientes para que as gerações futuras possam desfrutar de uma vida digna, justo com todos outros seres que fazem parte do planeta (LS 53).

A encíclica insiste em que o mal, a injustiça, é reversível (LS 74), primeiramente porque Deus não se conforma com ela. Isso é possível se rejeitamos o domínio e a exploração, se passamos a nos relacionar desde as atitudes fundamentais do serviço ao outro, a solicitude e o cuidado. *Laudato Si'* não desiste no fato de que a sorte da humanidade e da criação se encontram ligadas e tentá-las de separar é cair em formas de reducionismo que não dá conta da realidade e do complexo de relações que liga cada uma de suas partes (LS 92).

O rumo marcado é o da conversão ecológica, que dede nosso encontro com Jesus, deixe brotar novas relações com nossos semelhantes e com a criação, onde possamos retomar e viver nossa vocação de guardiões da obra de Deus, como uma virtude de nosso ser cristão (LS 217). Tal conversão tem de comportar quatro atitudes fundamentais: *gratidão e gratuidade*, como capacidade de entrar na lógica de Deus Pai que cria e dá o mundo como dom amoroso, fato que deve inspirar e nós mover ao mesmo sentimento de generosidade em nossas relações. Passar-nos a compreender em *comunhão universal* com as outras criaturas, relacionados interdependentemente com elas. Integrando todas nossas capacidades como *criatividade serviçal*, desde que possamos colaborar na resolução dos dramas do mundo. Em *corresponsabilidade*, assumindo-nos como parte e colaboradores da obra criadora de Deus, portanto, movidos pela fé a comprometer-nos no mundo (LS 220).

O rumo de esperança que emana da encíclica ecoteológica é a certeza que mais uma vez Deus não se conforma com a injustiça, não quer uma terra de escravidão, domínio e exploração, mas de fraternidade, onde a vida digna, sustentável, relacionalmente equilibrada seja possível. Para isso, se requiere um processo de conversão das estruturas sociais, políticas

e econômicas. Tal conversão deve iniciar no redimensionamento de nosso modo de amar, valorar e pensar, de forma que nos habilitemos criativamente para viver de outro modo em nossa Casa Comum.

4. RESSONÂNCIAS NA ATIVIDADE AGRÍCOLA DESDE OS APELOS DO PROFETISMO BÍBLICO CAMPONÊS E ECOTEOLÓGICO

No profetismo de tradição bíblica que chega até nós, e atualiza a palavra de Deus em nosso contexto, é possível identificar no chamado à conversão ao Deus da vida uma ressonância direta na atividade agrícola, atividade que vale destacar que acompanha a humanidade por dez mil anos. Não em vão toda a tradição bíblica fala de algum modo do paraíso, da terra prometida, da terra fecunda que mana leite e mel, do reino de Deus, como um lugar ofertado por Deus onde a abundância de frutos agrícolas será suficiente para saciar a humanidade e todos os seres vivos, sem avidez, de forma não violenta, sem minguar o esplendor da criação, sem depredação, exibindo plenitude e equilíbrio, céu novo e terra nova de justiça e paz (Gn 1,29-31; 12, 1-2. 7; Ex 3, 8; 33,3; Is 11,6-9; Lc 6,21; Ap 21, 1.4; 22,1-2).

A partir desta tradição da terra de graça, nos perguntamos pelas práticas agrícolas sugeridas nos textos proféticos dos profetas camponeses em diálogo com a encíclica *Laudato Si'*. O fazemos não para encontrar técnicas de cultivo e cuidado animal, mas para descobrir as linhas inspiradoras que emanam da vivência da fé e levam ao compromisso com os semelhantes e a terra, passando pela mediação agrícola. Rastreamos os apelos que orientam relações ético-produtivas que manifestem cuidado pela terra nos termos de justiça socioambiental.

Nos profetas camponeses se encontra uma demanda explícita de relações sociais justas para com os camponeses, que na época eram explorados e objeto da injustiça das classes governantes, comerciantes e latifundiários que dominavam e exploravam os camponeses pelo mecanismo das dívidas, ao ponto de não só tirar deles as terras, mas de reduzi-los a escravos, a eles e suas famílias. Os profetas levantaram a voz pelos camponeses e deixaram em evidência que a custo de seu sangue se construía o esplendor das cidades, cidades onde moravam seus dominadores, onde o direito para eles era distorcido, onde se tomavam as decisões políticas que repercutiam fortemente na classe camponesa (por exemplo incrementar a arrecadação de impostos ou ir à guerra). No fundo dessas relações de injustiça os profetas desmascararam a idolatria dos governantes, juízes, ministros religiosos e comerciantes, que não serviam ao Deus da vida, mas ao senhor da cobiça, à riqueza, e que converteram a terra da promessa em uma nova terra de escravidão.

O discurso ecoteológico da *Laudato Si'* nos atualiza as novas formas de dominação e exploração de que padece a humanidade, e que curiosamente se correspondem a uma idolatria de fundo, a cobiça, a ânsia de riqueza dos poderosos, que nas novas fórmulas de interesses econômicos e financeiros submetem regiões e o mundo todo, e que peculiarmente têm nas cidades e capitais internacionais suas sedes de poder, que como no passado mostram seu luxo,

indiferentes e injustos aos custos socioambientais que as fazem possível. A atividade agrícola não escapa de seus interesses e se tem apoderado dela mediante uma alta intervenção técnica (LS 34), desenvolvendo maquinarias mais efetivas para a expansão e trabalho agrícola, criando compostos químicos (agrotóxicos) que garantem a produção, repelindo pragas, inclusive manipulando geneticamente as espécies logrando obter novas espécies de características homogêneas adaptadas ao mercado, mas que atentam contra a diversidade ecossistêmica ao promover monoculturas, gerar ciclos fechados de dependências agrárias (chamados pacotes tecnológicos), que somete aos pequenos produtores tradicionais e inclusive faz inviável sua subsistência.

O controle dos mercados (LS 129) é outra forma de domínio da atividade agrícola, mediante confabulações entre governos e grupos de poder, conhecidas como agronegócio. Não poucas vezes, há interesses latifundiários (LS 134) para a implantação de projetos agrícolas de larga escala, que acabam com a diversidade, e fazem incompetentes formas de produção tradicionais adaptadas e respeitadas com a natureza. Forçam-se (direta e indiretamente) ou deslocam-se camponeses às periferias urbanas em busca de outros modos de subsistências, carreando não só a perda de seus territórios, mas a perda de culturas originárias, e criando novas problemáticas sociais nos aglomerados urbanos.

A encíclica atualiza a denúncia do domínio e exploração de grupos de poder sobre o sector agrícola, se antes era mediante os mecanismos das dívidas mediante o qual os camponeses perdiam suas propriedades, agora este mecanismo se tem se aperfeiçoado mediante mecanismo de dependência tecnológica, manipulação do mercado e anulação competitiva que faz inviável a subsistência do camponês. Até agora, todo o dito se corresponde com uma denúncia de injustiça social. Mas a novidade que incorpora o discurso ecoteológico é a incorporação de denúncia ambiental ao deixar em evidência que as práticas agrícolas convencionais desenvolvidas na modernidade têm contribuído para a poluição do meio ambiente e se conta entre as variáveis antropogênicas que têm induzido a mudanças climática.

Na *Laudato Si'* encontramos referências diretas que assinalam a agricultura convencional e as práticas associadas, como agentes que agravam a crises ambiental. O primeiro dos indicados são os agrotóxicos (LS 20). Fertilizantes, inseticidas, fungicidas, pesticidas e outros insumos são empregados nas práticas agrícolas da indústria de produção de alimentos que são causa direta de poluição, afetam a vida e saúde do planeta e das pessoas, e se encontram diretamente vinculados à esterilização da terra, à acidificação do solo e dos mares (LS 41), e em última instância à mudança climática. Outra prática associada à crise ecológica é o desmatamento, para ampliar as zonas de produção agrícola (LS 23) e para a implantação de monoculturas (LS 39), que tem repercutido na extinção de espécies animais, vegetais e microrganismos ao serem destruídos seus habitats (LS 34), carregando como consequência a perda de biodiversidade.

Outro ponto é o questionamento do alto grau de intervenção e manipulação da natureza com fins de satisfação de interesses humanos, que se bem procura solucionar problemas,

ao não compreender suficientemente as dinâmicas ecossistêmicas, termina produzindo outros problemas, que parecem ir requerendo uma contínua manipulação para resolver os problemas criados por nós mesmos (LS 34). Tal manipulação contínua prolonga em realidade o uso imprudente e irresponsável da técnica. A encíclica assinala que semelhantes precauções de uso responsável da técnica devem ser consideradas na manipulação genética das espécies (LS 131), e recomenda a prudência que seria o estabelecimento de limites éticos à capacidade humana de intervir e manipular outras espécies.

Por último, a mesma encíclica destaca o paradoxo da crise ecológica, que é induzida pelos interesses econômicos de grupos de poder - que já gera injustiça social -, que mediante o uso irracional da técnica em função da exploração da terra tem gerado afecções no ciclo natural, as mudanças naturais terminam afetando e gerando mais injustiça social nos setores menos favorecidos que não tem como se adaptar à mudança climática (LS 25). O paradoxo é que, sendo a crise ecológica induzida pela injustiça social, gera injustiça ambiental, em última instância acrescenta a justiça social.

Até agora temos abordado os apelos acusativos de como não tem que ser as relações produtivas agrárias, que não devem gerar injustiça nem sociais, nem ambientais. Mas, como positivo, a tradição profética apela a uma relação diferencial nas relações sociais, e no cuidado da terra. Esse cuidado reflete em relações socioprodutivas amáveis com a criação, nos limites da Aliança, estabelecendo trato digno entre as partes. Essas relações implicariam para nós o retomar ou criar práticas agrícolas de menor intervenção e impacto nos ecossistemas (LS 164), que preservem a diversidade biológica e cultural, e que permitam a vida digna e sustentável dos moradores da Casa Comum (LS 180).

5. AGROECOLOGIA RESPOSTA ÉTICA PRODUTIVA PARA O CUIDADO DA TERRA

O próprio da tradição profética tem sido desmascarar, denunciar, e assinalar rumos de esperança. É tarefa humana apropriar-nos dos chamados e usar nossa criatividade para construir as soluções e historizar a vontade divina. No caso dos apelos por uma agricultura diferenciada, socioambientalmente justa e solidária, ética e comprometida com os moradores de nossa Casa Comum, não é diferente. Corresponde a nós como humanidade construir os caminhos alternativos, buscar as soluções à crise ecológica, reverter os danos que as práticas agrícolas convencionais têm causado, retomar práticas ancestrais adequadas, criar métodos e práticas sustentáveis, apreender a conviver com a natureza, recriar nossas técnicas para o serviço responsável, limitar nossa ação para que todos os seres tenham lugar.

Nessa lógica de recobrar e inovar nossas práticas agrícolas, os postulados da agroecologia são próximos aos rumos e demandas proféticas. De fato é nossa intenção integrá-la como aliada ao discurso ecoteológico cristão, como uma alternativa técnico-prática-sapiential digna de ser considerada como proposta ético-produtiva ao serviço do cuidado da Casa Comum.

A agroecologia é definida como “um enfoque integrado que aplica simultaneamente conceitos e princípios ecológicos e sociais ao desenho e à gestão dos sistemas alimentários e agrícolas” (FAO, 2018, p. 1). Nela se procura compreender e avaliar de forma holística os efeitos das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade (ALTIERI, 2008, p. 23). Sua unidade de estudo são os agroecossistemas, entendidos como “uma construção social produto da coevolução entre as sociedades humanas e a natureza” (CASADO et al. In CALDART et al., 2012, p. 60). E tem por objetivo “otimizar as interações entre as plantas, os animais, os seres humanos e o meio ambiente, tendo em conta, ao mesmo tempo, os aspetos sociais que devem conseguir um sistema alimentar justo e sustentável” (FAO, 2018, p. 1). Portanto, suas práticas se encontram orientadas a restabelecer o equilíbrio homeostático dos agroecossistemas, de modo que não aborda as problemáticas agrícolas de forma isolada. Mas, desde uma perspectiva restaurativa das relações sinérgicas entre os agentes, tais práticas interagem no sistema, de modo que possam ser fortalecidas as interações e melhorar a resiliência dos agroecossistemas como um todo (ALTIERI, 2008, p. 24).

Como proposta de manejo e produção agrícola, a agroecologia se caracteriza pelo diálogo de saberes científicos, tradicionais e interculturais entre as partes. Sua abordagem e elaboração de propostas são contextualizadas, produzidas e adaptada aos fatores bióticos e abióticos que interagem em seu entorno. Os programas de trabalho transcendem o imediatismo e procuram gerar processos relacionais-produtivos nos parâmetros da sustentabilidade, onde os agroecossistemas sejam capazes de recuperar-se, produzir alimentos saudáveis, resistir as mudanças climáticas, onde se faça uso racional dos recursos, sem impactar negativamente no ambiente nem na sociedade. A FAO (2018, p. 2-12) destaca dez elementos característicos da agroecologia, agrupando-os em três conjuntos:

a. Características comuns, práticas básicas e critérios de inovação.

1. Diversidade.
2. Sinergia.
3. Eficiência.
4. Resiliência.
5. Reciclagem.
6. Criação conjunta e intercâmbio de conhecimentos.

Neste grupo encontramos os princípios ecológicos que enquadram a proposta (1-5) e uma orientação metodológica (6). Estes primeiros elementos recolhem o caráter técnico-científico e prático-tradicional da proposta. Mediante estes elementos se pretende construir agroecossistemas que preservem a prestação de serviços ecossistêmicos; gerar associações entre espécies para uma melhor adaptação; conseguir fazer uso racional dos recursos, cerrando os ciclos biológicos, diminuindo o desperdício e os custos ambientais; alcançar uma

maior capacidade de resistência e recuperação diante a mudança climática e as perturbações externas.

b. Aspectos contextuais.

7. Valores humanos e sociais.

8. Cultura e tradições alimentares.

Estes elementos apontam para o caráter ético-socioambiental da agroecologia em perspectiva intercultural. Postulando que o valor das práticas agrícolas têm que corresponder com o cuidado das pessoas e devem orientar a melhorar sua qualidade de vida. Tem-se presente que a forma de se realizar a existência humana se dá de forma plural, e que tal pluralidade se expressa em relações, valores e atitudes que favorecem a conservação das condições de vida digna para as pessoas e os bens naturais que as possibilita. Desse modo, integra-se o bem-estar humano ao bem-estar natural, pois nenhum equilíbrio pode ser alcançado sem garantir o cuidado de todas as partes implicadas.

c. Entorno favorável.

9. Economia circular e solidária.

10. Governança responsável.

Os elementos de entorno favorável, destacam que a construção de um sistema alternativo ético-produtivo para o cuidado da terra só conseguirá o alcance desejado se é respaldado por uma mudança consequente no paradigma de produção e consumo, do paradigma ilimitado a um sistema de usos eficientes e racionais dos recursos ajustados aos limites de nosso planeta. Mas, como indica ALTIERI, “a produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente” (2008, p. 27). Portanto, se faz necessária a implementação de políticas de respaldo e proteção das pessoas que empreendam o caminho de transição.

Até agora, apresentamos a proposta da agroecologia em si mesma. Mas uma leitura atenta disto que temos mencionado nos permite associar esta alternativa ético-produtiva às boas práticas que podemos assumir os cristãos desde os apelos ecoteológicos de nosso tempo, que nos impele converter nossa forma de viver e conviver na sociedade e com a natureza de um modo alternativo e sustentável.

Desde a perspectiva das práticas e relações agrícolas, a agroecologia se encontra formulada nos parâmetros relacionais da justiça socioambiental. Parte do reconhecimento de que as práticas agrícolas convencionais afetam e poluem o meio ambiente. Consequentemente, assume o desafio de construir agroecossistemas capazes de reverter o dano caudado no ambiente. Compromete-se com o uso de tecnologias e práticas produtivas responsáveis, que contribuam na solução dos problemas sem gerar outros. É consciente da complexidade das

relações que se estabelecem nos ecossistemas, por isso suas respostas são contextualizadas e ajustadas aos entornos socioambientais.

Em suas práticas, a agroecologia aplica tecnologias pertinentes, em primeiro lugar porque reabilita o acervo agrícola-cultural da humanidade presente nas sábias práticas de povos ancestrais. Neste sentido, a agroecologia nos lembra que praticamente cada cultura-povo desenvolveu modos particulares de relacionar-se com a terra, e a maioria deles o fizeram exitosamente sem deteriorar a terra. Recuperando as tradições agrárias, a agroecologia faz um diferencial atenuando o empobrecimento da agricultura e pecuária local, e os danos causados pelos sistemas convencionais de produção monocultural intensiva e em grande escala.

Ao reabilitar as práticas agrícolas ancestrais, a agroecologia possibilita a reabilitação das culturas-povos, permitindo a subsistência dos pequenos produtores e dos povos originários, a conservação de seus territórios, mitigando sua marginalização, prática ideológica de desprezo que geralmente acompanha os empreendimentos de tecnificação do campo nos parâmetros da agricultura convencional.

A agroecologia tem em vista o cuidado da sociedade e o cuidado do meio ambiente, otimizando o uso dos recursos, fomentando a rotação e associação de culturas, a biodiversidade, com o qual também diversifica a oferta de alimentos como fontes nutricionais. A agroecologia assume o desafio de gerar uma agricultura alternativa, e o faz pela via da integração de diversos atores, pois a conversão tem que atingir todas progressivamente o maior número de pessoas, para, em consequência, atingir a transformação do maior número de instituições e conseguir restituir o equilíbrio homeostático do planeta.

A agroecologia é uma resposta a ser construída, que mobiliza nosso compromisso ético a favor de relações socioambientalmente justas. Por isso, no plano da ecoteologia olhamos que ela pode colaborar na historização do chamado a procurar estilos de vida, produção e consumo solidárias com o meio ambiente, que expressem amabilidade e cuidado por nossa Casa Comum. Acreditamos que propostas como estas fazem que a terra prometida, o paraíso, seja a terra toda, sempre que a cultivemos nos parâmetros da Aliança, nos limites da justiça socioambiental. Assim, esta manará leite e mel.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia*. 5ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- AMSLER, S; ASURMENDI, J; AUNEAU, J; MARTIN-ACHARD, R. *Os profetas e os livros proféticos*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- ASURMENDI, J. *O profetismo*. Das origens à época moderna. São Paulo: Paulinas, 1988.
- BALANCIN, E.; STORNILOLO, I. *Como ler o livro de Miquéias: um profeta contra o latifúndio*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 1990.
- _____; _____. *Como ler o livro de Amós: A denúncia da Injustiça social*. 4ª ed. São Paulo: Paulus, 2005.

BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed. rev. e ampl. 11ª impr. São Paulo: Paulus, 2016.

CÁCERES, Alirio. Entre ecologia e ecosofia: passos para uma hermenêutica ecoteológica. In: SUSIN, Luiz; MARÇAL, Joe (Orgs.). *Nosso Planeta, Nossa vida: ecologia e teologia*. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 41-68.

CALDART, R; PEREIRA, I; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 60-65.

COLLADO, V. *Escatologias de los profetas*. Valencia: Soler, 1972.

De FRAINE. Justiça. In VAM DEN BORN, A. (Red). *Dicionário enciclopédico da Bíblia*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 858-861.

DECAMPS, A. Justiça. In LÉON-DUFOUR, X (Dir). *Vocabulario de Teologia Bíblica*. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 499-507.

FAO. *Los 10 elementos de la Agroecologia*. Roma: FAO, 2018. Disponível em: <www.fao.org> Acessado em 21 de mai 2018.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si'*. Disponível em: <www.vatican.va>. Acessado em: 6 jul 2018.

GILBERT, M. Idolatria. In: LACOSTE, J (Dir.). *Dicionário crítico de teologia*. 2ª ed. São Paulo: Loyola: Paulinas, 2014, p. 850-852.

JENSEN, J. *Dimensões éticas dos profetas*. São Paulo: Loyola, 2009, p. 132-134.

LEON-DUFOUR. *Vocabulário de teologia bíblica*. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 825.

PORTER, J. Justiça. In LACOSTE, J (Dir). *Dicionário crítico de Teologia*. São Paulo: Loyola: Paulinas, 2014, p. 968-971.

QUIÑONES, Alejo e LÓPEZ, Fernando. *Amós e Miquéias, dois profetas lavradores*. São Paulo: Ediciones Paulina, 1993.

SICRE, J. Profetismo em Israel. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

TABORDA, F. *A Igreja e seus ministros: Uma teologia do ministério ordenado*. São Paulo: Paulus, 2012.

WIÉNER, C. Idolatria. In LÉON-DUFOUR. *Vocabulário de teologia bíblica*. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 419-421.